

CÍCERO ROBSON
COIMBRA NEVES

MARCELLO
STREIFINGER

MANUAL DE
DIREITO PENAL MILITAR

2021



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

5^a | revista
edição | atualizada
ampliada



Rua Canuto Saraiva, 131 Mooca CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

* A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 5.ª edição.

Manual de Direito Penal Militar - Volume Único / Cicero Robson Coimbra Neves e
Marcello Streifinger – São Paulo: Editora JusPodivm, 2021.
1.936 p. (Manuais - Volume Único)

Bibliografia
ISBN 978-65-5680-678-5

1. Direito penal militar. 2. Direito militar. I. Neves, Cicero Robson Coimbra. II. Streifinger,
Marcello. III. Título.

CDD 341.75

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	29
1.1. Breve histórico do direito penal militar brasileiro	29
1.2. As inovações trazidas pela Lei n. 9.299, de 7 de agosto de 1996	34
1.3. As inovações trazidas Lei n. 13.491, de 16 de outubro de 2017	42
1.4. (In)Aplicabilidade da Lei n. 9.099/1995 ao Direito Castrense	53
2. DIREITO PENAL MILITAR SUBSTANTIVO E ADJETIVO	59
3. BEM JURÍDICO-PENAL	65
3.1. Generalidades	65
3.2. Bem jurídico-penal militar	68
3.3. A regularidade das instituições militares	75
4. CARÁTER ESPECIAL DO DIREITO PENAL MILITAR	79
5. FUNDAMENTOS E FINALIDADE DA PENA NO DIREITO PENAL MILITAR	83
5.1. Conceito precário de pena	84
5.2. Teorias absolutas da pena	85
5.3. Teorias relativas da pena	86
5.3.1. Prevenção geral	86
5.3.2. Prevenção especial	88
5.4. Teorias mistas, unificadoras, unitárias ou ecléticas	90
5.5. Teoria da pena e o Direito Penal Militar	91
6. CONCEITO DE DIREITO PENAL MILITAR	95
7. PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL MILITAR	97
7.1. Conceito de princípio e sua distinção das regras	97
7.2. Conflito entre princípios	97
7.3. Classificação dos princípios	100
7.4. Princípios do Direito Penal Militar	101
7.4.1. Princípio da legalidade	101
7.4.2. Princípio da intervenção mínima	106
7.4.3. Princípio da insignificância	110
7.4.4. Princípio da culpabilidade	117
7.4.5. Princípio da humanidade	119

7.4.6.	Princípio <i>ne bis in idem</i>	120
7.4.7.	Princípio da personalidade intranscendência ou da pessoalidade	122
7.4.8.	Princípio da individualização da pena	124
7.4.9.	Princípio da proporcionalidade	129
8.	CRIME PRÓPRIA E IMPROPRIAMENTE MILITAR	133
8.1.	Critério de configuração do crime militar	133
8.2.	Relevância da distinção entre crimes propriamente e impropriamente militares	135
8.3.	Teoria clássica	139
8.4.	Visão da doutrina penal comum: uma “teoria topográfica”	139
8.5.	Teoria de Jorge Alberto Romeiro: “teoria processual”	140
8.6.	Classificação tricotômica de Ione de Souza Cruz e Cláudio Amin Miguel	141
9.	RELAÇÃO DO DIREITO PENAL MILITAR COM OUTRAS CIÊNCIAS E OUTROS RAMOS DO DIREITO	143
9.1.	Medicina Legal	143
9.2.	Criminalística	143
9.3.	Psiquiatria Forense	144
9.4.	Ciências Criminais	144
9.5.	Filosofia do Direito	144
9.6.	Sociologia Jurídica	145
9.7.	Direito Constitucional	145
9.8.	Direito Administrativo	145
9.9.	Direito Administrativo Disciplinar	146
10.	FONTES DO DIREITO PENAL MILITAR	157
10.1.	Fonte material	157
10.2.	Fontes formais	158
10.2.1.	Fonte imediata	158
10.2.2.	Fontes mediatas	159
11.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR	161
11.1.	Interpretação autêntica contextual no Código Penal Militar	168
11.1.1.	Conceito de militar (art. 22 do CPM)	168
11.1.2.	Conceito de militar por equiparação (art. 12 do CPM)	171
11.1.3.	Conceito de assemelhado (art. 21 do CPM)	173
11.1.4.	Conceito de superior funcional (art. 24 do CPM)	175
11.1.5.	Situação do militar estrangeiro (art. 11 do CPM)	178
11.1.6.	Defeito de incorporação (art. 14 do CPM)	179
11.1.7.	Tempo de guerra (art. 15 do CPM)	180
11.1.8.	Aplicação das regras da parte geral do CPM à legislação especial e aos crimes militares extravagantes e salário mínimo (art. 17 do CPM)	181
11.1.9.	Infrações disciplinares (art. 19 do CPM)	185
11.1.10.	Crimes praticados em tempo de guerra (art. 20 do CPM)	185

11.1.11. Equiparação a comandante (art. 23 do CPM)	185
11.1.12. Crime praticado em presença do inimigo (art. 25 do CPM)	186
11.1.13. Referência a brasileiro ou nacional (art. 26 do CPM)	186
11.1.14. Funcionário da Justiça Militar (art. 27 do CPM)	187
11.1.15. Casos de prevalência do Código Penal Militar (art. 28 do CPM)	187
12. APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR	189
12.1. Lei penal militar no tempo	189
12.1.1. Tempo do crime militar	190
12.1.2. Irretroatividade da <i>lex gravior</i>	191
12.1.3. <i>Abolitio criminis</i>	192
12.1.4. <i>Lex mitior</i>	193
12.1.5. <i>Lex tertia</i>	195
12.1.6. Medidas de segurança	196
12.1.7. Norma penal em branco	196
12.1.8. Lei excepcional e lei temporária	197
12.1.9. Crime continuado e crime permanente	198
12.1.10. Lei n. 13.491, de 16 de outubro de 2017 e sua aplicação no tempo....	198
12.2. Lei penal militar no espaço	203
12.2.1. Os dispositivos despiciendos	206
12.2.2. Lugar do crime militar	207
12.3. Aplicação da lei penal militar em relação às pessoas	207
12.3.1. Jurisdicionados das Justiças Militares	208
12.3.2. Imunidade diplomática	212
12.3.3. Imunidades aplicadas aos detentores de mandatos eletivos	214
12.3.3.1. Imunidades aplicadas aos parlamentares	215
12.3.3.2. Noções fundamentais acerca da aplicação da lei penal em relação aos detentores de mandato eletivo no Poder Executivo	228
12.3.3.3. Efetiva aplicação da lei penal militar a ocupantes de cargos eletivos	232
12.3.4. Aplicação da lei penal militar em relação aos advogados	242
12.4. Contagem de prazos no Direito Penal Militar	246
13. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	247
13.1. Criação	248
13.2. Exercício da jurisdição e crimes de competência do TPI	251
13.3. Pontos polêmicos do Estatuto de Roma em relação ao ordenamento jurídico brasileiro	253
13.3.1. Porosidade dos tipos penais em face da técnica heterodoxa (art. 9º)	255
13.3.2. Exceções ao princípio da coisa julgada	255
13.3.3. Imprescritibilidade dos delitos abrangidos pela competência do TPI ..	256
13.3.4. Entrega de nacionais em contraposição à vedação de extradição de brasileiros natos	257
13.3.5. Cominação de pena de prisão perpétua	258
13.4. Crime militar e a competência do TPI	259

DO FATO PUNÍVEL

1.	DOGMÁTICA PENAL E POLÍTICA CRIMINAL	263
2.	MODELOS PENAIS	267
2.1.	Conceitos de crime	268
2.1.1.	Formal	268
2.1.2.	Material	268
2.1.3.	Analítico	269
2.1.3.1.	Causalismo clássico	270
2.1.3.2.	Causalismo neoclássico	275
2.1.3.3.	Finalismo	282
2.1.3.4.	Funcionalismo penal	288
2.1.3.4.1.	O funcionalismo penal de Claus Roxin	289
2.1.3.4.2.	O funcionalismo penal de Günther Jakobs	294
2.1.3.4.3.	Günther Jakobs e o Direito Penal do inimigo ..	299
2.1.3.5.	A exaltação da "revolução welzeniana": o finalismo como sistema reitor e seu conceito analítico de crime	300
2.1.3.5.1.	Modelo adotado pelo Código Penal Militar	301
2.1.3.5.2.	Modelo adotado no Código Penal comum	302
2.1.3.5.3.	A negação do funcionalismo como modelo reitor para o Estado Democrático de Direito	304
2.1.3.5.4.	O Direito Penal Militar e a possibilidade de aplicação de uma moldura finalista	310
2.1.3.6.	Elementos do conceito analítico de crime segundo o finalismo	312
2.1.3.6.1.	Tipo de injusto: o fato típico	313
2.1.3.6.2.	Tipo de injusto: a antijuridicidade	492
2.1.3.6.3.	Culpabilidade	522

CONSEQUÊNCIAS DO CRIME

1.	DAS PENAS PRINCIPAIS	601
1.1.	Pena de morte	602
1.2.	Reclusão e detenção	607
1.3.	Prisão	620
1.4.	Impedimento	621
1.5.	Suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função	622
1.6.	Reforma	626
2.	DA APLICAÇÃO DA PENA	629
2.1.	Primeira fase da aplicação da pena: definição da pena-base	632
2.2.	Segunda fase da aplicação da pena: circunstâncias agravantes e atenuantes	643
2.2.1.	Circunstâncias agravantes	644
2.2.2.	Circunstâncias atenuantes	652

2.3.	Terceira fase da aplicação da pena: causas especiais de aumento e diminuição de pena	660
3.	DAS PENAS ACESSÓRIAS	667
3.1.	Espécies de penas acessórias	667
3.1.1.	Perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e incompatibilidade com o oficialato	667
3.1.2.	Exclusão das Forças Armadas	674
3.1.3.	Perda da função pública	679
3.1.4.	Inabilitação para o exercício de função pública	680
3.1.5.	Suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela	681
3.1.6.	Suspensão dos direitos políticos	682
3.1.7.	Imposição de pena acessória	682
4.	MEDIDAS DE SEGURANÇA	683
4.1.	Pessoas sujeitas às medidas de segurança	684
4.2.	Internação em manicômio judiciário	684
4.3.	Cassação de licença para dirigir veículos motorizados	689
4.4.	Exílio local	690
4.5.	Proibição de frequentar determinados lugares	690
4.6.	Interdição de estabelecimento, sociedade ou associação	691
4.7.	Confisco	691
4.8.	Quadro resumido	692
5.	CONCURSO DE CRIMES NO CÓDIGO PENAL MILITAR	693
5.1.	Conceito	693
5.2.	Diferenciação entre reincidência, concurso de pessoas e concurso aparente de normas	693
5.3.	Sistemas de aplicação de penas em concurso de crimes	694
5.4.	Concurso de crimes no Código Penal comum	694
5.4.1.	Concurso material ou real	694
5.4.2.	Concurso formal ou ideal	695
5.4.3.	Crime continuado	696
5.5.	Concurso de crimes no Código Penal Militar	697
5.5.1.	Análise do art. 79 do CPM	697
5.5.2.	Crime continuado no CPM	701
5.5.3.	O problema do art. 81 do CPM na unificação das penas privativas de liberdade no concurso de crimes e na fixação da pena final em crimes praticados isoladamente	706
6.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA	709
6.1.	Conceito	709
6.2.	Requisitos	709
6.3.	Condições	710
6.4.	Revogação	711
6.4.1.	Causas de revogação obrigatória	711

6.4.2.	Revogação facultativa	712
6.5.	Prorrogação	713
6.6.	Extinção da pena	713
6.7.	Não aplicação do sursis	713
7.	DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	717
7.1.	Conceito	717
7.2.	Requisitos	717
7.3.	Penas em concurso de infrações	718
7.4.	Especificação das condições	718
7.5.	Revogação	719
7.5.1.	Obrigatória	719
7.5.2.	Facultativa	719
7.6.	Extinção da pena	720
7.7.	Não aplicação do livramento condicional	720
7.8.	Casos especiais	720
8.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	721
9.	AÇÃO PENAL	735
9.1.	Introdução	735
9.2.	Condições da ação	737
9.3.	Espécies de ação penal do Direito Penal comum	738
9.3.1.	Ação penal pública	739
9.3.1.1.	Ação penal pública incondicionada (ou absoluta)	740
9.3.1.2.	Ação penal pública condicionada	740
9.3.1.2.1.	Representação do ofendido ou de seu representante legal	740
9.3.1.2.2.	Requisição do Ministro da Justiça	742
9.3.2.	Ação penal privada. Modalidades	743
9.3.2.1.	Ação penal privada exclusiva	743
9.3.2.1.1.	Queixa-crime	745
9.3.2.1.2.	Renúncia	746
9.3.2.1.3.	Perdão do ofendido	746
9.3.2.2.	Ação penal privada subsidiária da pública	747
9.4.	Ação penal no Direito Penal Militar	748
9.4.1.	Ação penal nos crimes militares extravagantes	751
10.	PUNIBILIDADE	755
10.1.	Conceito	755
10.2.	Causas extintivas da punibilidade no Direito Penal comum	759
10.2.1.	Morte do agente	760
10.2.2.	Anistia, graça ou indulto	761
10.2.2.1.	Anistia	762
10.2.2.2.	Graça ou indulto	762
10.2.3.	"Abolitio criminis"	763

10.2.4.	Decadência	765
10.2.5.	Perempção	765
10.2.6.	Renúncia do direito de queixa e perdão aceito	766
10.2.7.	Retratação do agente	766
10.2.8.	Perdão judicial	766
10.2.9.	Prescrição	767
10.3.	Causas extintivas da punibilidade no Direito Penal Militar	767
10.3.1.	Morte do agente	767
10.3.2.	Anistia ou indulto	768
10.3.2.1.	Anistia	768
10.3.2.2.	Indulto	777
10.3.3.	“Abolitio criminis”	778
10.3.4.	Prescrição	778
10.3.5.	Ausência da decadência, perempção, renúncia ao direito de queixa e perdão do ofendido aceito pelo querelado como causas extintivas da punibilidade no Direito Penal Militar	778
10.3.6.	Perdão judicial no Direito Penal Militar	781
11.	PRESCRIÇÃO	787
11.1.	Introdução	787
11.2.	Prescrição da pretensão punitiva	790
11.2.1.	Prazos da prescrição da pretensão punitiva	790
11.2.2.	Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva	800
11.2.3.	Suspensão do prazo da prescrição da pretensão punitiva	803
11.2.3.1.	Causas suspensivas previstas no Código Penal Militar	803
11.2.3.1.1.	Questões prejudiciais heterogêneas	804
11.2.3.2.	Cumprimento de pena no estrangeiro	810
11.2.3.3.	Causas suspensivas extravagantes ao Código Penal Militar	810
11.2.3.3.1.	Sustação da ação penal contra parlamentar federal e estadual	810
11.2.3.3.2.	Suspensão da prescrição em crime praticado pelo Presidente da República	811
11.2.3.3.3.	Suspensão condicional do processo nos termos da Lei n. 9.099/95 (sursis processual)	814
11.2.3.3.4.	Suspensão da prescrição nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal comum	815
11.2.3.3.5.	Suspensão da prescrição pela expedição de carta rogatória	821
11.2.3.3.6.	Causas suspensivas trazidas pela Lei n. 13.964/2019 (“Pacote Anticrime”)	822
11.2.4.	Interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	826
11.2.4.1.	Causas de interrupção do prazo prescricional da pretensão punitiva expressas no Código Penal Militar	827
11.2.4.2.	Causas interruptivas do Código Penal comum e sua irrelevância para a prescrição da pretensão punitiva do crime militar	844

11.2.4.3.	Disposições específicas sobre a interrupção da prescrição da pretensão punitiva	846
11.2.5.	Espécies de prescrição da pretensão punitiva	847
11.2.5.1.	Prescrição retroativa da pretensão punitiva, com base na pena em concreto	847
11.2.5.2.	Prescrição intercorrente da pretensão punitiva, com base na pena em concreto	853
11.2.5.3.	Prescrição virtual da pretensão punitiva, com base na possível aplicação de uma pena em concreto	856
11.3.	Prescrição da pretensão executória	861
11.3.1.	Prazos de prescrição da pretensão executória	862
11.3.2.	Termo inicial da prescrição da pretensão executória	868
11.3.3.	Causas suspensivas da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória	872
11.3.4.	Causas interruptivas da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória	873
11.3.4.1.	Interrupção do prazo prescricional da pretensão punitiva pelo início ou continuação do cumprimento da pena	873
11.3.4.2.	Interrupção do prazo prescricional da pretensão punitiva pela reincidência	874
11.3.5.	Efeitos do reconhecimento da prescrição da pretensão executória ..	876
11.4.	Prescrição do crime de deserção	876

12. REABILITAÇÃO **881**

INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

1.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA EXTERNA DO PAÍS	887
1.	Hostilidade contra país estrangeiro	893
2.	Provocação a país estrangeiro	899
3.	Ato de jurisdição indevida	901
4.	Violação de território estrangeiro	909
5.	Entendimento para empenhar o Brasil à neutralidade ou à guerra	911
6.	Entendimento para gerar conflito ou divergência com o Brasil	912
7.	Tentativa contra a soberania do Brasil	915
8.	Consecução de notícia, informação ou documento para fim de espionagem	918
9.	Revelação de notícia, informação ou documento	921
10.	Turbação de objeto ou documento	924
11.	Penetração com o fim de espionagem	925
12.	Desenho ou levantamento de plano ou planta de local militar ou de engenho de guerra	929
13.	Sobrevoos em local interdito	931
14.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	933

2. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR	935
1. Do motim e da revolta	935
1.1. Motim	935
1.2. Revolta	951
1.3. Organização de grupo para a prática de violência	953
1.4. Omissão de lealdade militar	956
1.5. Conspiração	959
1.6. Cumulação de penas	963
2. Da aliciação e do incitamento	963
2.1. Aliciação para motim ou revolta	963
2.2. Incitamento	967
2.3. Apologia de fato criminoso ou do seu autor	970
3. Da violência contra superior ou militar de serviço	972
3.1. Violência contra superior	972
3.2. Violência contra militar de serviço	988
3.3. Ausência de dolo no resultado	995
4. Do desrespeito a superior e a símbolo nacional ou a farda	1000
4.1. Desrespeito a superior	1000
4.2. Desrespeito a símbolo nacional	1010
4.3. Despojamento desprezível	1012
5. Da insubordinação	1016
5.1. Recusa de obediência	1016
5.2. Oposição a ordem de Sentinela	1024
5.3. Reunião ilícita	1027
5.4. Publicação ou crítica indevida	1035
6. Da usurpação e do excesso ou abuso de autoridade	1038
6.1. Assunção de comando sem ordem ou autorização	1038
6.2. Conservação ilegal de comando	1040
6.3. Operação militar sem ordem superior	1042
6.4. Ordem arbitrária de invasão	1045
6.5. Uso indevido por militar de uniforme, distintivo ou insígnia	1047
6.6. Uso indevido de uniforme, distintivo ou insígnia militar por qualquer pessoa	1049
6.7. Abuso de requisição militar	1055
6.8. Rigor excessivo	1059
6.9. Violência contra inferior	1063
6.10. Ofensa aviltante a inferior	1067
7. Da resistência	1070
7.1. Resistência mediante ameaça ou violência	1070
8. Da fuga, evasão, arrebatamento e amotinamento de presos	1072
8.1. Fuga de preso ou internado	1072
8.2. Modalidade culposa	1077
8.3. Evasão de preso ou internado	1079

8.4.	Arrebatamento de preso ou internado	1083
8.5.	Amotinamento	1086
9.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1090
3.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA O SERVIÇO MILITAR E O DEVER MILITAR	1093
1.	Da insubmissão	1093
1.1.	Insubmissão	1093
1.2.	Criação ou simulação de incapacidade física	1097
1.3.	Substituição de convocado	1098
1.4.	Favorecimento a convocado	1100
2.	Da deserção	1105
2.1.	Deserção	1105
2.2.	Casos assimilados	1135
2.3.	Atenuante e agravante especiais	1143
2.4.	Deserção especial	1145
2.5.	Concerto para deserção	1151
2.6.	Deserção por evasão ou fuga	1154
2.7.	Favorecimento a desertor	1159
2.8.	Omissão de oficial	1162
3.	Do abandono de posto e de outros crimes em serviço	1164
3.1.	Abandono de posto	1164
3.2.	Descumprimento de missão	1171
3.3.	Retenção indevida	1174
3.4.	Omissão de eficiência da força	1176
3.5.	Omissão de providências para evitar danos	1178
3.6.	Omissão de providências para salvar comandados	1180
3.7.	Omissão de socorro	1182
3.8.	Embriaguez em serviço	1183
3.9.	Dormir em serviço	1190
4.	Do exercício de comércio	1193
4.1.	Exercício de comércio por oficial	1193
5.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1200
4.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	1201
1.	Do homicídio	1201
1.1.	Homicídio simples, "privilegiado" e qualificado	1201
1.2.	Homicídio culposo	1214
1.3.	Provocação direta ou auxílio a suicídio	1225
2.	Do genocídio	1230
2.1.	Genocídio	1230
3.	Da lesão corporal e da rixa	1235
3.1.	Lesão corporal dolosa	1235
3.2.	Lesão culposa	1245
3.3.	Participação em rixa	1248
4.	Da periclitación da vida ou da saúde	1250

4.1.	Abandono de pessoa	1250
4.2.	Maus-tratos	1253
5.	Dos crimes contra a honra	1259
5.1.	Calúnia	1259
5.2.	Difamação	1274
5.3.	Injúria	1278
5.4.	Injúria real	1282
5.5.	Ofensa às Forças Armadas	1284
6.	Dos crimes contra a liberdade	1287
6.1.	Dos crimes contra a liberdade individual	1287
6.1.1.	Constrangimento ilegal	1288
6.1.2.	Ameaça	1299
6.1.3.	Desafio para duelo	1302
6.1.4.	Sequestro ou cárcere privado	1304
6.2.	Do crime contra a inviolabilidade do domicílio	1308
6.2.1.	Violação de domicílio	1308
6.3.	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência ou comunicação	1328
6.3.1.	Violação de correspondência	1328
6.4.	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos de caráter particular	1339
6.4.1.	Divulgação de segredo	1339
6.4.2.	Violação de recato	1342
6.4.3.	Violação de segredo profissional	1352
7.	Dos crimes sexuais	1355
7.1.	Estupro	1356
7.2.	Atentado violento ao pudor	1369
7.3.	Corrupção de menores	1377
7.4.	Ato de libidinagem	1382
8.	Do ultraje público ao pudor	1386
8.1.	Ato obsceno	1386
8.2.	Escrito ou objeto obsceno	1390
9.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1393
5.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1395
1.	Do furto	1395
1.1.	Furto	1395
1.2.	Furto de uso	1417
2.	Do roubo e da extorsão	1420
2.1.	Roubo	1420
2.2.	Extorsão	1435
2.3.	Extorsão mediante sequestro	1442
2.4.	Chantagem	1449
2.5.	Extorsão indireta	1452
3.	Da apropriação indébita	1454

3.1.	Apropriação indébita simples	1454
3.2.	Apropriação de coisa havida acidentalmente	1462
4.	Do estelionato e outras fraudes	1467
4.1.	Estelionato	1467
4.2.	Abuso de pessoa	1487
5.	Da receptação	1489
5.1.	Receptação	1490
5.2.	Receptação culposa	1495
6.	Da usurpação	1497
6.1.	Alteração de limites	1497
6.2.	Aposição, supressão ou alteração de marca	1500
7.	Do dano	1502
7.1.	Dano simples, dano atenuado e dano qualificado	1502
7.2.	Dano em material ou aparelhamento de guerra	1506
7.3.	Dano em navio de guerra ou mercante em serviço militar	1509
7.4.	Dano em aparelhos e instalações de aviação e navais, e em estabelecimentos militares	1512
7.5.	Desaparecimento, consunção ou extravio	1514
8.	Da usura	1518
8.1.	Usura pecuniária	1518
9.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1523
6.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	1525
1.	Dos crimes de perigo comum	1525
1.1.	Incêndio	1525
1.2.	Explosão	1531
1.3.	Emprego de gás tóxico ou asfixiante	1537
1.4.	Abuso de radiação	1541
1.5.	Inundação	1543
1.6.	Perigo de inundação	1547
1.7.	Desabamento ou desmoronamento	1551
1.8.	Subtração, ocultação ou inutilização de material de socorro	1554
1.9.	Fatos que expõem a perigo aparelhamento militar	1556
1.10.	Formas qualificadas pelo resultado	1557
1.11.	Difusão de epizootia ou praga vegetal	1557
1.12.	Embriaguez ao volante	1561
1.13.	Perigo resultante de violação de regra de trânsito	1568
1.14.	Fuga após acidente de trânsito	1570
2.	Dos crimes contra os meios de transporte e de comunicação	1579
2.1.	Perigo de desastre ferroviário	1579
2.2.	Atentado contra transporte	1583
2.3.	Atentado contra viatura ou outro meio de transporte	1587
2.4.	Formas qualificadas pelo resultado	1590
2.5.	Arremesso de projétil	1590
2.6.	Atentado contra serviço de utilidade militar	1593

2.7.	Interrupção ou perturbação de serviço ou meio de comunicação ..	1595
2.8.	Aumento de pena	1599
3.	Dos crimes contra a saúde	1599
3.1.	Tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar	1599
3.2.	Receita ilegal	1621
3.3.	Epidemia	1626
3.4.	Envenenamento com perigo extensivo	1630
3.5.	Corrupção ou poluição de água potável	1634
3.6.	Fornecimento de substância nociva	1637
3.7.	Fornecimento de substância alterada	1638
3.8.	Omissão de notificação de doença	1642
4.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1644
7.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO MILITAR	1645
1.	Do desacato e da desobediência	1645
1.1.	Desacato a superior	1645
1.2.	Desacato a militar	1656
1.3.	Desacato a assemelhado ou funcionário	1663
1.4.	Desobediência	1668
1.5.	Ingresso clandestino	1674
2.	Do peculato	1678
2.1.	Peculato	1678
2.2.	Peculato mediante aproveitamento do erro de outrem	1691
3.	Da concussão, excesso de exação e desvio	1693
3.1.	Concussão	1693
3.2.	Excesso de exação	1701
3.3.	Desvio	1704
4.	Da corrupção	1707
4.1.	Corrupção passiva	1707
4.2.	Corrupção ativa	1716
4.3.	Participação ilícita	1719
5.	Da falsidade	1722
5.1.	Falsificação de documento	1722
5.2.	Falsidade ideológica	1733
5.3.	Cheque sem fundos	1738
5.4.	Certidão ou atestado ideologicamente falso	1741
5.5.	Uso de documento falso	1744
5.6.	Supressão de documento	1748
5.7.	Uso de documento pessoal alheio	1750
5.8.	Falsa identidade	1752
6.	Dos crimes contra o dever funcional	1755
6.1.	Prevaricação	1755
6.2.	Violação do dever funcional com o fim de lucro	1760
6.3.	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	1763

6.4.	Condescendência criminosa	1766
6.5.	Não inclusão de nome em lista	1770
6.6.	Inobservância de lei, regulamento ou instrução	1772
6.7.	Violação ou divulgação indevida de correspondência ou comunicação	1777
6.8.	Violação de sigilo funcional	1779
6.9.	Violação de sigilo de proposta de concorrência	1781
6.10.	Obstáculo à hasta pública, concorrência ou tomada de preços	1786
6.11.	Exercício funcional ilegal	1790
6.12.	Abandono de cargo	1792
6.13.	Aplicação ilegal de verba ou dinheiro	1795
6.14.	Abuso de confiança ou boa-fé	1798
6.15.	Violência arbitrária	1800
6.16.	Patrocínio indébito	1805
7.	Dos crimes praticados por particular contra a administração militar	1808
7.1.	Usurpação de função	1808
7.2.	Tráfico de influência	1810
7.3.	Subtração ou inutilização de livro, processo ou documento	1812
7.4.	Inutilização de edital ou de sinal oficial	1814
7.5.	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	1816
8.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1819
8.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR	1821
1.	Recusa de função na justiça militar	1825
2.	Desacato	1828
3.	Coação	1831
4.	Denunciação caluniosa	1834
5.	Comunicação falsa de crime	1839
6.	Autoacusação falsa	1842
7.	Falso testemunho ou falsa perícia	1844
8.	Corrupção ativa de testemunha, perito ou intérprete	1852
9.	Publicidade opressiva	1855
10.	Desobediência a decisão judicial	1857
11.	Favorecimento pessoal	1859
12.	Favorecimento real	1862
13.	Inutilização, sonegação ou descaminho de material probante	1865
14.	Exploração de prestígio	1868
15.	Desobediência a decisão sobre perda ou suspensão de atividade ou direito	1870
16.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1872
9.	BREVES COMENTÁRIOS AOS CRIMES MILITARES EM TEMPO DE GUERRA	1873
1.	Do favorecimento ao inimigo	1876
1.1.	Da traição	1876
1.1.1.	Traição	1876
1.1.2.	Favor ao inimigo	1880

1.1.3.	Tentativa contra a soberania do Brasil	1883
1.1.4.	Coação a Comandante	1883
1.1.5.	Informação ou auxílio ao inimigo	1884
1.1.6.	Aliciação de militar	1885
1.1.7.	Ato prejudicial à eficiência da tropa	1886
1.2.	Da traição imprópria	1887
1.2.1.	Traição imprópria	1887
1.3.	Da cobardia	1888
1.3.1.	Cobardia	1888
1.3.2.	Cobardia qualificada	1889
1.3.3.	Fuga em presença do inimigo	1890
1.4.	Da espionagem	1891
1.4.1.	Espionagem	1891
1.4.2.	Penetração de estrangeiro	1892
1.5.	Do motim e da revolta	1893
1.5.1.	Motim, revolta ou conspiração	1893
1.5.2.	Omissão de lealdade militar	1893
1.6.	Do incitamento	1894
1.6.1.	Incitamento	1894
1.6.2.	Incitamento em presença do inimigo	1894
1.7.	Da inobservância do dever militar	1894
1.7.1.	Rendição ou capitulação	1894
1.7.2.	Omissão de vigilância	1896
1.7.3.	Descumprimento do dever militar	1897
1.7.4.	Falta de cumprimento de ordem	1898
1.7.5.	Entrega ou abandono culposo	1899
1.7.6.	Captura ou sacrifício culposo	1900
1.7.7.	Separação reprovável	1901
1.7.8.	Abandono de comboio	1902
1.7.9.	Separação culposa de comando	1903
1.7.10.	Tolerância culposa	1904
1.7.11.	Entendimento com o inimigo	1905
1.8.	Do dano	1905
1.8.1.	Dano especial	1905
1.8.2.	Dano em bens de interesse militar	1906
1.8.3.	Envenenamento, corrupção ou epidemia	1906
1.9.	Dos crimes contra a incolumidade pública	1907
1.9.1.	Crimes de perigo comum	1907
1.10.	Da insubordinação e da violência	1907
1.10.1.	Recusa de obediência ou oposição	1907
1.10.2.	Coação contra Oficial-General ou Comandante	1908
1.10.3.	Violência contra superior ou militar de serviço	1909
1.11.	Do abandono de posto	1909
1.11.1.	Abandono de posto	1909
1.12.	Da deserção e da falta de apresentação	1910
1.12.1.	Deserção	1910

1.12.2.	Deserção em presença do inimigo	1910
1.12.3.	Falta de apresentação	1910
1.13.	Da libertação, da evasão e do amotinamento de prisioneiros	1911
1.13.1.	Libertação de prisioneiro	1911
1.13.2.	Evasão de prisioneiro	1912
1.13.3.	Amotinamento de prisioneiros	1914
1.14.	Do favorecimento culposo ao inimigo	1914
1.14.1.	Favorecimento culposo	1914
2.	Da hostilidade e da ordem arbitrária	1915
2.1.	Prolongamento de hostilidades	1915
2.2.	Ordem arbitrária	1915
3.	Dos crimes contra a pessoa	1916
3.1.	Do homicídio	1916
3.1.1.	Homicídio simples	1916
3.2.	Do genocídio	1917
3.2.1.	Genocídio	1917
3.2.2.	Casos assimilados	1917
3.3.	Da lesão corporal	1918
3.3.1.	Lesão leve	1918
4.	Dos crimes contra o patrimônio	1918
4.1.	Furto	1918
4.2.	Roubo ou extorsão	1919
4.3.	Saque	1919
5.	Do rapto e da violência carnal	1920
5.1.	Rapto	1920
5.2.	Violência carnal	1923
5.3.	Sursis e livramento condicional	1923
REFERÊNCIAS		1925